

**Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON**

**Contabilidade-Geral de Contabilidade e Custos da União – CCONT**



# **Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON)**

**Principais alterações no  
Balanço Geral da União – BGU/2015  
Maio/2016**

# Agenda

- Introdução
- Modelo PCASP
- Adoção Inicial do Modelo PCASP na União
- Principais Mudanças
- Considerações Finais

# Introdução

- Motivação: Divulgação das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2015.
- Objetivo principal: Apresentar as principais alterações nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) do exercício de 2015.

# Introdução

- O que é o Balanço Geral da União (BGU)?
  - O BGU é composto pelas Demonstrações Contábeis da União e respectivas Notas Explicativas e compõe a Parte VI da Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR);
  - O BGU consolida as demonstrações contábeis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União. Abrangem as entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e
  - No exercício de 2015 foram consolidados, aproximadamente: (i) 22.024 unidades gestoras; (ii) 459 órgãos subordinados; e (iii) 40 órgão superiores.

# Introdução

- Como são divulgadas as informações constante no BGU?
  - Após o encerramento do exercício, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) disponibiliza as Demonstrações Contábeis dos Órgãos Superiores em seu sítio de forma a dar transparência às informações aos usuários externos;
  - As DCON também são publicadas no sítio da STN  
[www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)
  - A PCPR, por sua vez, fica integralmente disponível no sítio da CGU, bem como, em meio impresso, na CGU, na STN e em outras instituições públicas, de forma a permitir aos cidadãos o exercício do direito de fiscalização dos recursos públicos.

# Introdução

- Adoção inicial do PCASP:
  - O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi implementado na União ao final do exercício de 2014;
  - No exercício de 2015, todas as operações econômico-financeiras que afetam o patrimônio da União foram registradas seguindo a lógica do PCASP; e
  - O PCASP alterou o modelo contábil dos entes públicos brasileiros, reduzindo a influência orçamentária no modelo contábil governamental.

# Modelo PCASP

- Modelo PCASP – Características:
  - Modelo contábil governamental oriundo da aplicação do PCASP, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP);
  - Atende aos preceitos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000;
  - É influenciado pelas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS). Todavia ainda não houve total convergência; e
  - É também influenciado pelas Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), de modo subsidiário.

## Modelo PCASP

- Modelo PCASP x Modelo anterior:
  - O modelo PCASP privilegia a adoção do regime de competência, enquanto o modelo anterior era fortemente influenciado pelo regime de caixa;
  - Os modelos geram números e contabilizações, naturalmente, não comparáveis visto que os itens patrimoniais nelas evidenciados podem possuir diferentes bases de mensuração; e
  - As DCON dos modelos utilizam conceitos e estruturas distintas, o que as tornam não comparáveis.



# Adoção Inicial do Modelo PCASP na União

- Adoção Inicial do Modelo PCASP:
  - Apenas no Balanço Patrimonial (BP) foram apresentadas informações relativas a dois exercícios, pois foi a única demonstrações cujas estruturas e bases de mensuração de seus itens sofreram modificações menos drásticas;
  - Nas demais demonstrações não foi adequada a comparação entre dois exercícios em razão de mudanças de grande intensidade em suas estruturas e/ou nas bases de mensuração;

# Adoção Inicial do Modelo PCASP na União

- Adoção Inicial do Modelo PCASP:
  - Na Demonstração das Variações Patrimoniais, o registro das receitas e despesas orçamentárias passou a observar, essencialmente, o regime de competência, bem como, as variações patrimoniais qualitativas deixaram de compor a respectiva demonstração;
  - No Balanço Financeiro, as receitas e despesas orçamentárias passaram a ser evidenciadas por recursos (fonte de recursos) e não mais por natureza econômica (receitas) ou pela classificação funcional (despesas);
  - No Balanço Orçamentário não há mais segregação da despesa orçamentária por tipo de crédito;

# Adoção Inicial do Modelo PCASP na União

- Adoção Inicial do Modelo PCASP:
  - No BP, os atos potenciais evidenciados no Quadro de Compensação se referem apenas à parcela que resta a ser executada e, não mais o valor total dos atos potenciais registrados ao final do exercício; e
  - A Demonstração de Fluxos de Caixa é uma inovação no modelo brasileiro. DFC de fácil entendimento. É possível ter uma noção da situação financeira do Governo.

# Adoção Inicial do Modelo PCASP na União

- Particularidades da Adoção Inicial:
  - Ausência de norma brasileira que trate esse assunto;
  - Uso subsidiário das normas IPSAS 33 e IFRS 1 em relação a três aspectos:
    - Reclassificações dos itens reconhecidos de acordo com o modelo contábil anterior;
    - Comparabilidade entre as informações contábeis evidenciadas nos exercícios de 2014 e 2015;
    - Conciliação do patrimônio líquido evidenciado de acordo com o modelo contábil anterior;
  - Solução: Evidenciação nas DCON dos ajustes retrospectivos e da comparação dos itens do BP dos exercícios de 2014 e 2015.

## Adoção Inicial do Modelo PCASP na União

- Principais reclassificações do exercício de 2015:
  - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do grupo do Patrimônio Líquido para o grupo do Passivo Não Circulante;
  - Ativos e Passivos Financeiro da fonte 77 – a classificar para a fonte correta; e
  - Depósitos restituíveis do grupo Demais Créditos e Valores para o de Caixa e Equivalentes de Caixa.

## Principais Mudanças

- Principais mudanças do exercício de 2015:
  - Reconhecimento do crédito tributário;
  - Cálculo do ajuste para perdas do crédito tributário;
  - Reconhecimento de passivos efetivos, provisões e passivos contingentes;
  - Mecanismos de consolidação;
  - Evidenciação de transações com partes relacionadas; e
  - Evidenciação sobre o Regime Geral de Previdência Social.

# Principais Mudanças

- Reconhecimento do crédito tributário e ajuste para perdas:
  - GT de Créditos Tributários (Portaria GMF nº 571, de 20 de julho de 2015);
  - Existiam créditos sob a supervisão da Receita Federal do Brasil que não atendiam o critério de reconhecimento como ativo;
  - Mudanças na metodologia do cálculo do ajuste para perdas;
  - Impactos:
    - Redução do Ativo Não Circulante (R\$ 1 trilhão); e
    - Redução do Ativo Circulante (R\$ 148,7 bilhões).

## Principais Mudanças

- Reconhecimento de passivos, provisões e passivos contingentes:
  - GT TN (Portaria STN/MF nº 389, de 23 de julho de 2015);
  - Aprimorar e padronizar as rotinas e procedimentos de reconhecimento, registro e controle de direitos e obrigações da STN junto a instituições financeiras oficiais e fundos;
  - Achados:
    - Ausência de registro de passivos efetivos;
    - Ausência do registro de provisões para obrigações presentes;
    - Ausência de evidenciação dos passivos contingentes; e
    - Ausência do registro de ajustes para perdas de créditos não tributários a receber.



## Principais Mudanças

- Reconhecimento de passivos, provisões e passivos contingentes:
  - Impactos do GT TN :
    - Redução do Ativo Circulante (R\$ 60 bilhões);
    - Aumento do Passivo Circulante (R\$ 10,7 bilhões);
    - Aumento do Passivo Não Circulante (R\$ 5 bilhões); e
    - Evidenciação de Passivos Contingentes (R\$ 4,2 bilhões).

## Principais Mudanças

- Reconhecimento de passivos, provisões e passivos contingentes:
  - Portaria AGU nº 40/2015: Estabeleceu critérios e procedimentos da Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias e fundações públicas;
  - Impactos:
    - Aumento do Passivo Não Circulante (R\$ 56,4 bilhões); e
    - Evidenciação de Passivos Contingentes (R\$ 388 bilhões).
  - Destaque para a Portaria Conjunta STN e PGF nº 8/2015 que será adotada pelas autarquias e fundações públicas no exercício de 2016.

# Principais Mudanças

- Mecanismos para consolidação:
  - Quinto nível das contas do PCASP;
  - Aplicação das regras de consolidação:
    - Balanço Patrimonial (quadro principal);
    - Demonstração das Variações Patrimoniais;
    - Balanço Financeiro; e
    - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
  - Existem resíduos na aplicação das regras de compensação/eliminação de saldos; e
  - Principal alteração: mudança em relação à regra referente à eliminação do investimento nas empresas estatais.

# Principais Mudanças

- Evidenciação de transações com partes relacionadas:
  - Não existe norma específica no modelo PCASP. Uso subsidiário da norma IPSAS;
  - Objetivo é desenvolver um padrão para divulgação das transações realizadas entre a União e suas partes relacionadas;
  - Informações divulgadas nas DCON de 2015:
    - Receitas recebidas;
    - Pagamentos efetuados;
    - Investimentos; e
    - Remuneração de pessoal-chave (Executivo, apenas).

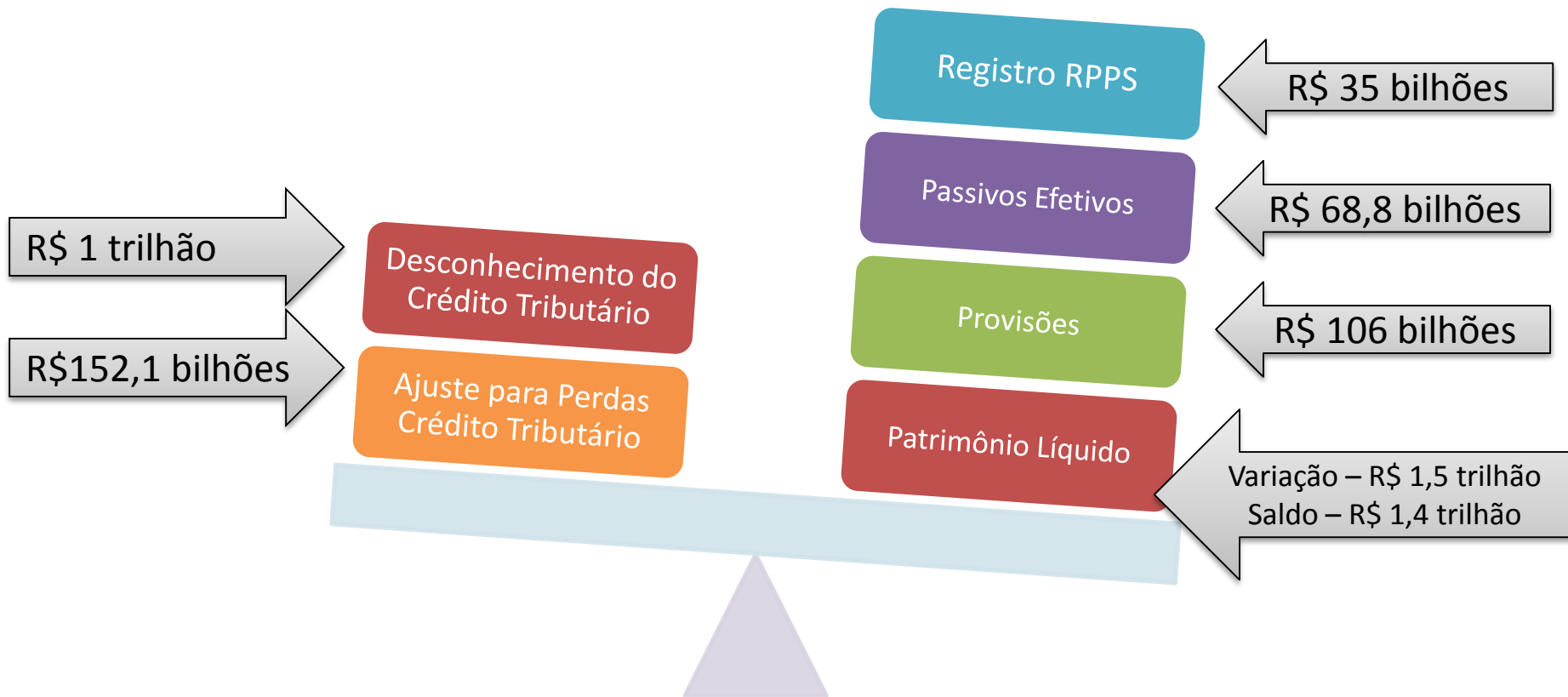
## Principais Mudanças

- Evidenciação sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS):
  - Não existe norma específica no modelo PCASP. Também não há nas IPSAS;
  - Análise da experiência internacional dos EUA (*Social Security*) e do Canadá (*Canadian Pension Plan*); e
  - Foi evidenciada nas DCON a Projeção Atuarial do RGPS para um período de 45 anos.

# Principais Números

Ativo

Passivo



## Considerações Finais

- O Patrimônio Líquido da União (PL) ficou negativo no exercício de 2015, no montante de R\$ 1,46 trilhão;
- Destaques sobre a inversão do PL:
  - A adoção inicial do modelo PCASP implicou em mudanças de bases de mensuração, o que, naturalmente, alterou valores relativos a ativos e passivos da União;
  - Ocorreu no exercício de 2015, apenas, o início da transição do regime anterior para o regime de competência, o que implica que nos próximos anos poderá haver mudanças com reconhecimento de novos ativos e passivos; e
  - Os fatores que mais influenciaram o PL se referem a situações ocorridas em exercícios anteriores, porém, só foi possível o seu registro com a adoção do modelo PCASP no exercício de 2015.

## Considerações Finais

- Próximos passos: Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) – Portaria STN nº 548/2015;
- A União possui prazos que vão até 2021 e já está em condições de executar os procedimentos de aplicação imediata; e
- A União vem elaborando um Plano de Ação que apresentará as ações necessárias para adequação das normas e dos sistemas, bem como, para a capacitação dos gestores públicos.



# Obrigado!

**Nelson Henrique Barbosa Filho**

Ministro de Estado da Fazenda

**Dyogo Henrique de Oliveira**

Secretário Executivo

**Otávio Ladeira de Medeiros**

Secretário do Tesouro Nacional

**Gildenora Batista Dantas Milhomem**

Subsecretária de Contabilidade Pública

**Renato Pontes Dias**

Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos da União

**Com a sabedoria se edifica a casa, e com o entendimento ela se estabelece. Pv 24.3**

[www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br)

[ccont.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:ccont.df.stn@fazenda.gov.br)

Twitter: @\_tesouro

Elaboração: GEDEC/CCONT.



TESOURO NACIONAL